

## Fontes históricas: desafios, propostas e debates

Historical sources: challenges, proposals and debates

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, 333 p.

---

### Fabio Henrique Lopes

lopesfh@yahoo.com

Professor adjunto

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Campus de Seropédica - BR 465 (Antiga Rio-São Paulo) - Km 7

23890-000 - Seropédica - RJ

Brasil

---

### Palavras-chave

Fonte histórica; Historiador; Historiografia.

### Keywords

Historical source; Historian; Historiography.

315

---

Enviado em: 7/8/2012

Aprovado em: 14/8/2012

“A história se utiliza de documentos, transformados em fonte pelo olhar do pesquisador”. Esta frase inicial indica dois dos principais objetivos dos autores dos 12 capítulos que compõem a coletânea: a) oferecer reflexão sobre como os historiadores entendem e como trabalham com suas fontes; b) apresentar, de maneira cuidadosa e acertada, conjuntos e séries documentais, indicando possíveis usos e necessários cuidados àqueles que, porventura, aceitem o desafio de trabalhar a partir e com as fontes focalizadas, ou seja, fotografias, literatura, testamentos, inventários, processos criminais, registros paroquiais e civis, arquivos de regimes repressivos, cartas, discursos e pronunciamentos, diários pessoais e patrimônio cultural.

Para além dos conjuntos documentais abordados, a obra se destaca pelo dinamismo dos capítulos, pela escrita clara e concisa, pelo diálogo com autores e textos de referência, pela indispensável preocupação em abordar a historicidade das fontes, pela constante apresentação visual dos documentos, pela indicação de arquivos, de acervos disponíveis, de instituições de pesquisa e de preservação, além das indicações bibliográficas. Dessa maneira, a obra se torna possível e necessária para uma gama variada de leitores, não só alunos ingressantes em curso de graduação em história. Pela abordagem e pelo *corpus* documental, pesquisadores dos mais variados níveis e de diversos campos do saber serão seduzidos e provocados a refletir cuidadosamente sobre suas fontes, ou para ser mais preciso, sobre as fontes históricas.

316

Leandro Karnal e Flavia Galli Tatsch buscam polemizar o entendimento aceito e difundido de o documento ser a pedra fundamental do pensamento histórico. Duas preocupações merecem destaque: as diferentes leituras de um mesmo documento e a ideia de que todo documento histórico é uma construção permanente. Para apresentar suas reflexões, analisam a carta escrita por Pero Vaz de Caminha. Resumidamente, narram, em tom sempre provocativo, a história deste documento, relato do “descobrimento” do Brasil, folha transformada em verdadeiro “documento histórico”. Contextualizam a produção da carta, o valor e os objetivos iniciais, seguido pelo longo tempo em que esteve esquecida na Torre do Tombo, em Portugal, até sua publicação, já no século XIX, num contexto de valorização da entidade nacional no Brasil independente, transformada em “certidão de nascimento do Brasil”, incansavelmente reproduzida em livros didáticos. A partir deste exemplo, o leitor entenderá que nenhum documento tem seu valor *a priori*, ou seja, a importância, a valorização de uma fonte, o valor oscilante de um texto, as leituras distintas, os sentidos atribuídos a personagens e a fatos são históricos e datados. Se hoje é inegável a expansão documental, ou seja, daquilo que pode ser considerado como fonte para pesquisa histórica e historiográfica, com este capítulo não esquecemos que tal expansão acompanhou uma profunda alteração do trabalho do historiador.

Para focalizar os usos sociais e historiográficos das fotografias, Solange Ferraz de Lima e Vânia Carneiro de Carvalho organizam o capítulo em eixos temáticos. Com o primeiro, apresentam as históricas articulações entre fotografia e sociedade, sinalizando que a fotografia integra muitos setores da vida social urbana e atende às mais diferentes demandas sociais. Em seguida,

buscam problematizar as relações entre fotografia e história, de seu contexto de invenção, dos iniciais retratos fotográficos – símbolos de modernidade e urbanidade –, à difusão entre as ciências. Enfatizam a diferenciação entre o uso da fotografia como documento complementar, como coadjuvante, num contexto de valorização dos documentos textuais e a valorização da fotografia como fonte de pesquisa. Em seguida, apontam para as implicações da fotografia como obra de arte, como prática de significação e como artefato, ou seja, para a inserção legitimada da fotografia no campo das artes plásticas, concluindo com os mecanismos socialmente estruturados de produção de sentidos e o circuito de consumo de imagens. Em seguida, reconhecem a necessidade de focalizar os contextos de circulação e os cuidados de uma análise morfológica. Sobre esta última consideração, sugerem a possibilidade de abordar as análises de enquadramento da figura humana, a gestualidade, os padrões de pose e ambientação do estúdio, a composição formal, os elementos cênicos, os ornamentos arquitetônicos, entre outros elementos de composição. Por fim, concluem apresentando acervos, fundos e coleções para possíveis pesquisas.

Antonio Celso Ferreira propõe abordar a literatura como fecunda fonte histórica. Dois momentos do texto são fundamentais para todos que trabalham ou refletem sobre tal *corpus* documental: a fonte literária na historiografia e a diversidade de textos literários. Ferreira reconhece que a historiografia levou algum tempo para admitir que a literatura pudesse contribuir para o conhecimento das experiências individuais e coletivas de homens e mulheres no tempo, às vezes acusada de ser excessivamente subjetiva, ou de não ser documento fidedigno para atestar a verdade histórica, na mesma direção condenada por não documentar o real. Como em praticamente todos os demais capítulos desta coletânea, o autor reconhece a historicidade dos textos considerados literários, sublinhando que seus usos, suas leituras, os sentidos a eles atribuídos não são a-históricos, no lugar disso, são datados, possuem condições de possibilidade. No que diz respeito à diversidade de textos literários, ou o (re)conhecimento das semelhanças, das diferenças e das relações entre a narrativa histórica e a narrativa literária, o autor salienta que se não é mais possível encontrar uma definição canônica de literatura, válida para qualquer tempo e circunstância, já que ela é histórica, nem por isso se deve diluir sua significação. A pesquisa histórica, portanto, tem contribuído para a compreensão dos modos como a literatura foi concebida e, sobretudo, para o entendimento dos distintos papéis que, ao longo do tempo, ela desempenhou na existência dos seres humanos, em suas várias dimensões sociais e subjetivas. Por fim, Ferreira enfatiza o caráter polifônico dos textos literários, que possibilita a investigação da complexidade do imaginário histórico, da diversidade das ideologias e dos modos como os diferentes indivíduos ou grupos sociais se inserem dentro dele em determinadas épocas.

Júnia Ferreira Furtado focaliza a morte com testemunho da vida por meio dos testamentos e dos inventários. Ao mesmo tempo em que destaca as diferenças entre esses dois tipos ou gêneros documentais, alerta para as suas aproximações e semelhanças, já que são produzidos no contexto da morte. Para ela, esses documentos contêm ricas e variadas informações sobre múltiplos aspectos

da vida do morto, bem como da sociedade em que ele viveu, testemunhos, portanto, sobre a morte e sobre a vida. Inicialmente, Furtado constitui a história de tais documentos em terras brasileiras, das Ordenações Filipinas ao novo Código Civil brasileiro. Em relação aos testamentos, destaca que no Brasil os tipos possíveis de serem feitos e legalizados pouco variaram ao longo do tempo. Reconhece a necessidade de o pesquisador analisar em que momentos eles são realizados, o valor que a sociedade atribui a cada tipo de testamento, os históricos limites ao direito de testar e os impedimentos socialmente instituídos àqueles considerados incapazes de testar. O codicilo, instrumento usado para o indivíduo arrolar algumas disposições finais, ou seja, disposições de última vontade, também é focalizado como documento que fornece pistas e vestígios sobre a vida e a morte, sobre os costumes e as crenças não só do indivíduo, como de sua sociedade e de seu tempo. Sobre o inventário *post-mortem*, o arrolamento dos bens de um indivíduo feito após sua morte para transmissão ou partilha entre herdeiros, a autora analisa as partes mais comuns do processo, sugerindo referências metodológicas, como a forma serial, e certos cuidados como, por exemplo, o fato de eles serem produzidos apenas por uma parcela da sociedade, aquela que dispõe de bens. Conclui sugerindo quatro principais temáticas em que o historiador pode utilizar testamentos e inventários como fontes documentais: a religiosa, a escravidão, a família e a cultura material, mas reconhece a possibilidade de muitas outras, como as condições de saúde e o movimento de expansão das fronteiras coloniais.

318

Keila Grinberg parte do assassinato de Antonio Homem Abranches Brandão, na cidade de Resende, centro importante da província do Rio de Janeiro, para focalizar os processos criminais como fonte para a análise histórica, seja como forma de compreender melhor as relações entre os agentes sociais em outra época ou sociedade, seja para estudar a própria justiça e seus agentes em diversas temporalidades. Para este tipo de fonte, torna-se impossível desconectá-la da noção, também histórica, de criminalidade, crime e processo criminais. Dessa maneira, a autora focaliza as Ordenações Filipinas, passando pela regulamentação do Código Criminal de 1830, pelo Código Penal de 1890 e a Constituição de 1891, substituídos ao longo do século XX, para historicizar não só as fontes, como as criminalidades, as investigações policiais, as legislações, os depoimentos das testemunhas, as sentenças proferidas, as notícias divulgadas pelos jornais e as compilações de casos. A partir do assassinato, a autora reconhece a possibilidade de cotejar informações não só sobre o crime, sobre a violência, como também de encontrar pistas sobre a região onde o crime ocorreu, sobre a reconstituição de trajetórias de família de escravos e libertos, evidências da constituição de famílias escravas e relações sociais de famílias. Como conclusão, Grinberg afirma que tão importante quanto desvendar o caso e extrair dele todas as informações possíveis e disponíveis, é o historiador ter a sensibilidade de perceber onde estão as ausências, os pontos obscuros, as entrelinhas nos e dos documentos.

Maria Silvia Bassanezi também parte de excertos de documentos para demonstrar a riqueza de informações e as diversas possibilidades de pesquisa

com os chamados registros paroquiais e civis, isto é, registros dos eventos vitais: nascimento/batismo, casamento e óbito. Este tipo de fonte considerada nominativa possibilita cruzamentos com outras, para a reconstituição de famílias e de redes sociais, para a identificação de diversos aspectos que marcam as vidas de pessoas e dos grupos, relacionados às hierarquias sociais, às práticas religiosas e aos sistemas de compadrio. Da mesma maneira, tais fontes abrem uma variedade temática: o mundo da infância, da família de livres e escravos, das mulheres, as condições de saúde e das mortes, doenças e epidemias. O capítulo é subdividido em registro paroquial e registro civil. Para as duas partes, a autora busca historicizar não só a origem de tais documentos no Brasil, como seus usos e seus limites. Para o paroquial, destaca os batismos, os casamentos e os óbitos. Alerta que os historiadores devem estar atentos não só ao conteúdo informativo, mais direto e evidente, mas também às fórmulas usadas, ao como algo é dito. Para o registro civil, o destaque é a Proclamação da República e as leis republicanas, que exigirão novas modificações jurídicas. Tais registros oferecem inúmeras possibilidades para a reconstrução da história demográfica e sociocultural brasileira. Fonte rica para a exploração quantitativa, para cruzamento de dados, para o acompanhamento da trajetória dos eventos vitais de pessoas, de grupos ou das populações.

Caroline Silveira Bauer e René Gertz se propõem analisar os arquivos de regimes repressivos. Logo nas primeiras páginas, os autores definem arquivos de repressão como conjuntos documentais produzidos pelos órgãos de informação e segurança do aparato estatal em ações repressivas, durante períodos não democráticos. Em sua maioria, esses arquivos se compõem de registros elaborados ou incorporados a partir da ação policial cotidiana, mas também de documentos roubados, declarações em interrogatórios que desrespeitam os códigos penais e os direitos humanos. No que diz respeito às especificidades desses arquivos e de seus documentos, os autores insistem que eles afetam, de forma direta, a sociedade em que foram produzidos e recuperados (Estado, agentes de repressão, vítimas, familiares, organizações de Direitos Humanos, Forças Armadas), principalmente porque seus protagonistas ainda estão vivos e por constituírem fatos do passado recente dessas sociedades. Essa constatação é maximizada pela discussão, ainda na pauta do dia, sobre o que seria considerado conveniente aos novos regimes para a preservação e a disponibilização de tais fundos documentais, já que implicariam em exercícios de direitos individuais, como anistia, indenizações e pensões. Os autores lembram que essa documentação é de inegáveis usos políticos, pois asseguram direitos e memórias coletivas, estão sujeitos à legislação federal, que regulamenta a abertura, a disponibilização, a destruição de documentos, os prazos de sigilo e a burocratização das regras de acesso. Como instruções indispensáveis para o trabalho de pesquisa, destacam a imprescindível atenção às sutilezas que essas fontes possuem e às evidências que trazem subentendidas, pois raramente um documento demonstrará, de forma explícita, práticas como o sequestro como forma de detenção; a tortura física e psicológica como fonte de informação e punição.

Teresa Malatian busca problematizar o estudo das cartas, abrindo espaço para discussão dos escritos autobiográficos, das escritas de si, para os documentos que expressam a palavra como meio privilegiado de acesso a atitudes e representações do sujeito. Alerta, acertadamente, que as cartas, como as demais fontes, devem ser historicizadas. Por isso, busca na cultura e no gênero epistolar, na arte de escrever cartas, as condições históricas, sociais e culturais para problematizar não só a escrita, como os temas abordados, os objetivos, os estilos, as estratégias, o uso de pseudônimos, de cifras e de códigos para driblar a censura ou a espionagem. Documentos que expressam a vida privada segundo regras de boas maneiras e que apresenta uma imagem de si controladoras da espontaneidade e da revelação da intimidade, remete para o jogo sutil entre o público e o privado, entre o íntimo e o ostensivo. Para o leitor, destaca a análise do suporte material, das redes de sociabilidade, a distribuição temporal, sua periodicidade e a regularidade das trocas. Por fim, cabe sublinhar uma necessária advertência, a de o historiador conseguir com tais fragmentos espiar por uma fresta a vida privada palpitante, dispersa em migalhas de conversas a serem decodificadas em sua dimensão histórica, nas condições socioeconômicas e na cultura de uma época.

320

Durval Muniz de Albuquerque Júnior analisa a dimensão retórica da historiografia a partir do trabalho com discursos e pronunciamentos, tomados como fontes historiográficas. Discursos e pronunciamentos são abordados em suas especificidades e semelhanças. São conceitos polissêmicos, com sentidos históricos, não idênticos, tampouco universais. Discurso como peça oratória proferida em público ou escrita como se fosse para ser lida para um dado público. Pronunciamento como ato ou efeito de publicamente expressar uma opinião, manifestar-se em defesa de dadas teses ou posições políticas, morais, religiosas, filosóficas, éticas, econômicas, jurídicas, estéticas, ato de exprimir-se verbalmente. Os discursos e pronunciamentos são analisados dentro e a partir de regimes de historicidades. Mais do que fontes de informação ou instrumentos de prova, os discursos e pronunciamentos dos partícipes dos eventos faziam parte da encenação da história, de sua colocação em cena, de sua reapresentação em um regime de historicidade. O passado, dessa maneira, se materializa, se realiza na narrativa, vem à cena no texto, enfim, ele é o texto. A partir dessas considerações, Albuquerque Júnior reflete sobre as condições de possibilidade da produção historiográfica, sobre o lugar da autoria no texto historiográfico, sobre a perigosa indiferenciação entre o documento, o evento e a história, lembrando que as fontes não são transparentes, não são lentes ou espelhos através dos quais vemos o que está fora ou para além dele simplesmente.

Maria Teresa Cunha focaliza os diários pessoais como novos territórios abertos para a história. A autora evidencia que a escrita registra, inventa e conserva muitos atos da experiência humana, podendo salvar do esquecimento ao fixar no tempo vestígios de passados. Após as devidas considerações em torno da importância do texto escrito como remédio eficaz contra o esquecimento, capaz de transcender a fugacidade da vida, Cunha direciona a atenção aos diários pessoais, por meio dos quais é possível compreender as práticas culturais de uma

época, rastrear muitas das maneiras de viver e de pensar de um determinado recorte temporal. Além de apresentar o referido *corpus* documental, evidencia e sinaliza que o exercício interpretativo diferenciado é indispensável. Se por muito tempo os diários pessoais foram desconsiderados pelos historiadores, a partir da década de 1980 – momento de articulação entre a história com as sensibilidades que dão forma ao cotidiano em suas diferentes matizes, período também de revalorização do indivíduo –, tal realidade muda visivelmente, passando a ser vistos como documentos valiosos para a compreensão de vidas cotidianas de determinada época. Dessa maneira, tais diários tornam-se importantes para um maior entendimento das possibilidades de construção de subjetividades e para possível reflexão sobre as experiências que ocorreram em espaços e tempos distintos daquele em que vive o pesquisador. Ao mesmo tempo, permitem estudar as formas de linguagem utilizadas, as maneiras de narrar em uma determinada época, os usos e apropriações da língua, a conversão de formas orais de comunicação em formas escriturais, os diferentes níveis de alfabetização, revelando as transformações históricas nas tecnologias de escrita.

Ana Luiz Martins analisa o patrimônio cultural como fonte histórica. Dada a amplitude e diversidade de fontes requeridas pelo historiador do patrimônio cultural, a autora propõe como recorte para sua reflexão o estudo de bens afetos ao patrimônio cultural, conforme praticados pelos órgãos institucionais. A reflexão articula abordagem histórica do patrimônio plural com as legislações, as regulamentações, as convenções internacionais, as instituições e os organismos definidores e responsáveis pelo patrimônio. A autora destaca as dimensões material e imaterial do patrimônio, simultaneamente; defende o uso de uma diversidade de fontes para aqueles que atuam na área, na qual a interdisciplinaridade se impõe para a ampla apreensão do patrimônio em suas tantas dimensões. Explicita que não só sobrados, palacetes, igrejas, fortes, casas, como o urbano, a paisagem urbana, a conjuntura em que emergiram, o entendimento e a seleção de marcos simbólicos e vetores de significações, as relações entre história e memória, até a seleção de bens simbólicos, a identificação e proteção do patrimônio imaterial são apresentados como temas, fontes e possibilidades de reflexão. O que se percebe é o esforço em complexificar e diversificar a noção de “patrimônio cultural”, no bojo da ampliação temática da historiografia brasileira, sobretudo em relação aos temas: práticas culturais de afrodescendentes, inseridas no bojo de inúmeros estudos acadêmicos sobre a escravidão; a imigração e a contribuição dos imigrantes para a pluralização das paisagens urbanas e rurais; os estudos de gênero; as histórias do trabalho e a história operária; por fim, a história da técnica e dos serviços urbanos.

Elias Thomé Saliba, no último capítulo, articula sucessivas guinadas de significado do documento para nossa cultura. De um lado, uma prepotência, misturada com uma certa dose de ingênuo otimismo, dos chamados *positivistas* ao, segundo o autor, mais entranhado e desencantado niilismo pós-moderno, um longo percurso foi traçado. Com a diferenciação de concepções, usos, práticas e preceptivas a respeito dos documentos um fio condutor é oferecido para ressaltar as mudanças das histórias e de suas fontes. Da busca de autenticidade

e da verdade ao desprezo pela procura da evidência, da verdade encontrada na existência do documento isolado e bruto à compreensão que ele não é apenas um resto, um vestígio do passado, mas um produto do passado, não esquecendo de considerar o ponto de vista do observador e os mecanismos de produção do documento, constituem os caminhos trilhados pelo autor para sua reflexão. Flaubert, Langlois e Seignobos, Mabillon, Zola, Febvre, Bloch, Certeau, Le Goff, Borges estão presentes, compondo o texto, em reverberações ou citações diretas, em ecos ou no espelho, sugerindo, assim, mudanças e alterações nas formas pelas quais o documento foi definido, entendido, trabalhado, como seu valor foi alterado, redefinido. No lugar de respostas prontas e acabadas, Saliba provoca os historiadores que, em face aos documentos, estariam doravante atirados numa espécie de buraco negro, assistindo ao progressivo deslizamento do registro escrito, que saía do âmbito da história para integrar o universo difuso e obtuso da memória coletiva.

Para concluir, a leitura é recomendada e indispensável, pois não pretende ser um manual ou um guia de ofício. No lugar disso, a obra oferece reflexão em torno da história, acerca da operação historiográfica e sobre a produção do conhecimento histórico; amplia e diversifica o rol das fontes históricas e as suas históricas condições de compreensão e de produção; reúne autores de reconhecida experiência, com produção em torno e a partir das fontes focalizadas para reflexão.